

COTAS PARA NEGROS NA ESTRATÉGIA DE INCLUSÃO SOCIAL NA UNIVERSIDADE

Gilberto Neves^(*)

RESUMO: *O texto “Cotas Para Negros como Estratégia de Inclusão na Universidade” levanta argumentos em defesa da instituição de cotas para negros na universidade brasileira, em especial na UFU, como parte das políticas afirmativas reparadoras do processo de escravidão e da desigualdade racial a que foram submetidos os negros no interior da sociedade brasileiro. O autor fala da incapacidade das chamadas “políticas universalistas”, tais como a melhoria da qualidade do ensino ou aumento de vagas, para alterar a distância e a desigualdade entre negros e brancos. As políticas universais são necessárias, mas devem ser acompanhadas das políticas afirmativas, criando condições e oportunidades para que os negros possam ter a possibilidade de disputar espaços na universidade. E mostrar a existência de cotas noutros países, e também no Brasil, para outros segmentos, dos quais são exemplo mulheres, índios e outros. Por fim, conclama a UFU a assumir papel de vanguarda cultural e social numa perspectiva de construção de uma universidade inclusiva, através da criação de cotas para negros.*

O debate sobre cotas para negros penetrou os campi universitários, principalmente depois que o Rio de Janeiro introduziu essa política na Universidade Estadual do Rio de Janeiro. É uma chegada tardia, pontual e não sistemática. Ser contra ou a favor das cotas? No entanto, os jornais, as TVs, os meios políticos e a sociedade já vinham debatendo a questão racial há mais tempo. Há quem diga que essa é uma proposta demagógica de políticos à cata de votos. O buraco é mais embaixo. A discussão das cotas entrou na agenda política nacional como resultado de uma imensa luta do movimento negro.

A discussão de políticas específicas anti-racistas se libertou das amarras intelectuais com o desmonte do mito da “democracia racial”. Durante anos a discriminação racial em nosso país sobreviveu à sombra desse conceito que emergiu da obra de Gilberto Freire. Cimentou a noção de um Brasil no qual as desigualdades raciais amenizaram-se com a miscigenação, que fundiu raças num convívio “cordial”.

Embora as vozes críticas ainda não tenham se imposto à hegemonia e aos valores da “democracia racial”, há uma substancial mudança no discurso. Curiosamente, esse debate não emergiu dentro da universidade. Duas importantes variáveis contribuíram para pautar essa questão. O renascimento da organização dos negros anti-racismo desde a década de 70, denunciando as desigualdades raciais e reivindicando políticas específicas e ações afirmativas, tendo o seu grande momento de unificação e visibilidade nacional na grande Marcha Zumbi dos Palmares, em 1995. O movimento negro entregou uma pauta de reivindicações ao presidente Fernando Henrique Cardoso. Outro fato importante é que tais denúncias encontraram respaldo científico e intelectual. Principalmente, entre pesquisadores negros emergentes, apoiados nas estatísticas produzidas pelo IBGE, IPEA, DIEESE etc. A introdução do quesito “cor/raça” nos cruzamentos das informações sócio-econômicas das pesquisas estatísticas revelou um Brasil ignorado durante anos.

(*) Gilberto Neves. Professor de história, formado pela UFU. Vereador-PT Uberlândia. Ex-Coordenador da Coordenadoria Municipal Afro-Racial, da Prefeitura de Uberlândia.

Recentemente, o processo preparatório da III Conferência Mundial Contra o Racismo e a Intolerância, convocado pela ONU (África do Sul/2001), levou os grandes meios de comunicação a inserirem a temática racial na agenda política nacional. Devido à grande exposição dessa temática na mídia, conceitos como “reparação racial”, “políticas afirmativas” e “cotas” caíram no domínio público em nível nacional. E as inquietantes evidências de discriminação marcadas pela cor da pele vêm contribuindo para tirar força do mito da igualdade racial. Não restou ao Estado brasileiro senão admitir oficialmente a existência do racismo no país. No governo de Fernando Henrique Cardoso brotaram falas e ações pontuais defendendo a necessidade de órgãos e políticas afirmativas, algumas delas levadas à III Conferência Mundial da ONU.

Deflagrou-se à época um intenso debate, que só agora penetra com maior força no meio universitário, muito em função da polêmica discussão das cotas.

Raízes da desigualdade

No Brasil, o fim da escravidão não produziu um racismo amparado legalmente, ou um regime de apartheid, com os inevitáveis conflitos violentos (como nos EUA e África do Sul). Aqui teve lugar o mito da “democracia racial”, gestando um perverso tipo de racismo. Com o fim da escravidão, os negros foram deixados à própria sorte. Nenhum tipo de compensação (como terras ou direitos sociais) foi introduzido para reparar o mais hediondo e duradouro dos crimes - os mais de 300 anos de escravidão. A “benevolência” da Princesa Isabel (que simplesmente aboliu a escravidão) foi interpretada pelos Republicanos como dívida saudada pelo Império. O fim da escravidão não significou nada mais que desprezo e descaso para os negros. Todos seriam “iguais” perante à lei. E só. Na dura realidade das periferias, favelas e do cotidiano social, ou ainda do sistema educacional, do exigente mercado e dos direitos sociais, coube ao negro as piores posições em todos os indicadores estatísticos sobre expectativa de vida, analfabetismo, escolaridade, desemprego, baixos salários, trabalhos desqualificados e sem registro profissional, aposentadoria não remunerada etc.

É inegável que desde a República Velha até a Modernidade neoliberal houve avanços que ampliaram o acesso à escola pública, abriram o mercado à participação de mais pessoas, inclusive da mulher, ampliando o número de consumidores, e estenderam o acesso a novas tecnologias. Mas em todos os setores da vida social são verificadas desigualdades absurdas entre negros e brancos. A evidência de tamanhos absurdos racistas, sistematicamente denunciados por intelectuais, movimentos negros organizados, e até órgãos oficiais, vêm fazendo ruir o mito da “democracia racial”.

Pontas da mesma ferradura

Os processos preparatórios à III Conferência Mundial (ONU) no Brasil foram marcados pela crítica do movimento negro aos limites das políticas universalistas para a questão racial. Há anos, o movimento luta por políticas específicas de combate à discriminação racial. Essa proposta enfrenta resistências na esquerda e na direita, entre democratas e liberais.

A idéia de que a desigualdade racial é produto apenas das desigualdades econômicas, próprias da estrutura capitalista, não parecem suficientes para explicar as raízes do problema. Nessa ótica, a questão racial deixa de ser percebida com as suas particularidades. Conseqüentemente, as possibilidades de eliminação do racismo ficam condicionadas à extinção da exploração capitalista (para a esquerda) ou ao desenvolvimento do mercado (para a direita). Uma resposta universalista. A conseqüência desse esquema na esquerda leva a uma paralisia e a uma relação utilitária com a questão racial. A esquerda denunciava, mas condicionada à eliminação da estrutura

socioeconômica vigente, que em última análise, não atenua o racismo no imediato. Hoje esse discurso começa a mudar. Um exemplo têm sido as iniciativas do presidente Lula, com a criação da Secretaria de Promoção a Igualdade Racial e outras importantes ações. Mas na academia essa discussão ainda é tímida.

Pelo viés liberal, toda desigualdade social é fruto da incompletude do desenvolvimento econômico. A discriminação racial, assim como toda discriminação ou injustiça social, seria apenas a expressão acabada de uma sociedade pouco desenvolvida socialmente. Ou de uma sociedade subdesenvolvida. Para eliminar o problema, haveria que provocar mais desenvolvimento, com a ampliação das políticas sociais que incorporem os pobres e excluídos. Como os negros compõem a maioria desse contingente social, as políticas universalistas terminariam por desmontar gradualmente as desigualdades raciais. O fim da discriminação racial dependeria de uma lúcida capacidade dos governos em promover o desenvolvimento com justiça social. Qualquer ação afirmativa ou discriminação positiva geraria mais injustiças. Como de imediato nada se faz, vão-se perpetuando as raízes da discriminação racial. O resultado é uma relação política marcada pelo clientelismo, hipocrisia e submissão dos negros. É preciso registrar, no entanto, que mesmo entre os conservadores existem propostas para combater a discriminação racial com políticas afirmativas. Um exemplo é o projeto do Senador José Sarney introduzindo as cotas para negros na universidade.

Independente da coloração ideológica, setores da esquerda e da direita acabam compondo as duas pontas de uma mesma ferradura imobilizadora no combate ao racismo. Daí que seus partidos e organizações políticas não consigam oferecer respostas às demandas do movimento negro, abrindo uma brecha por onde vêm se conformando movimentos que deslegitimam os partidos ou buscam a construção de um “partido dos negros”. Não que a esquerda seja racista, como a direita sempre foi. Mas a incapacidade de apresentar soluções palpáveis que efetivamente enfrentem as bases da discriminação racial, é que equipara, aos olhos dos movimentos negros, os dois pólos ideológicos.

Políticas universalistas e Políticas afirmativas

A ampliação da democracia passa necessariamente pela inclusão racial dos negros. Mas não alcançaremos este objetivo somente com propostas “universalistas”. As políticas públicas dirigidas à sociedade como um todo ampliam numericamente a quantidade de escolas ou o número de vagas. Elas são necessárias para atacar a desigualdade social entre ricos e pobres, embora saibamos o quanto têm sido tímidas as políticas públicas. Por si sós, no entanto, elas não são capazes de eliminar a desigualdade racial entre negros e brancos. A desigualdade racial se materializa nas poucas oportunidades para negros, na negação da história dos negros nos currículos, na invisibilidade afro-cultural nos livros didáticos e na concreta discriminação racial. O nosso sistema educacional não enxerga o negro enquanto identidade nem o insere através do ensino pela diferença. Não faz isso também com a mulher, o índio, etc. Sem diversidade não há democracia.

Contra essa deficiência é que se propõe as políticas e ações afirmativas. Tratar desigualmente os desiguais para atingir a igualdade de direito (“todos são iguais perante a lei”). É preciso combinar as políticas afirmativas (inclusão do negro no ensino de história, livro didático plural, formação de professores, bolsas de estudo, cursinhos alternativos) e as ações afirmativas (cotas na universidade, nos meios de comunicação, nas funções dirigentes, órgãos com a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial etc.) com as políticas universalistas (desenvolvimento, educação pública de qualidade etc.).

Uma coisa não caminha sem a outra. Há quem reconheça nossa estrutura racista, mas discorda da introdução das cotas e propõe mudanças na educação. Criar condições hoje para que os negros possam amanhã disputar uma vaga na universidade. Ocorre que se limitar a promover mudanças no sistema educacional de base remeteria as possibilidades de chegada dos negros à universidade para um futuro longínquo. Não sem contar que dependeria da boa vontade dos futuros governantes em manter tais metas. As cotas são necessárias agora para instaurar as oportunidades desde já. Elas durariam o tempo necessário à formação de uma massa crítica de intelectuais e profissionais negros. Esta nova camada social ocuparia espaço no mercado de trabalho, reproduzindo essa posição social através de seus filhos. Dentro de determinado tempo, teríamos na elite universitária maior número de negros.

Cotas não são invenção da roda

As cotas nas universidades foram ou são aplicadas na Índia (para os dalits), na União Soviética (para os siberianos, Universidade de Moscou), em Israel (para os falashas, judeus de origem etíope) e nos EUA (para os negros). Na Alemanha, na Colômbia e na Nigéria há cotas para mulheres, indígenas e outros grupos.

Nos EUA, a desigualdade racial entre os universitários caiu e não há notícias de negros formados sem competência acadêmica. Enquanto no Brasil existem 17% universitários negros e pardos, para uma população correspondente de 45%, nos EUA existem 11,2% de universitários negros para uma população correspondente de 12%. Segundo matéria da Folha S. Paulo, “a porcentagem de negros nas universidades americanas cresceu de 9,4% em 1976 para 11% em 1997[...] O avanço dos negros no ensino superior dos Estados Unidos pode ser explicado, em parte, pela adoção de políticas como o estabelecimento de cotas em universidades” Ou seja, na pátria do liberalismo entendeu-se que nem todos eram iguais perante a lei.

As cotas são um critério de justiça, por um período transitório e com aprovação por mérito. Não há o que temer. No Brasil já existem tantas cotas: 30% para gêneros (homem ou mulher) nos partidos; cotas para índios nas universidades de Santa Catarina, Paraná, Tocantins e Mato Grosso do Sul. Há também as cotas para portadores de deficiência nas empresas e a lei dos dois terços (reserva de vagas para brasileiros nas empresas brasileiras).

As cotas não resolvem todo o problema da desigualdade racial. Mas fazem uma grande diferença. Criar órgãos e políticas de Estado, como a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (com status de Ministério), instituída pelo Presidente Lula. O Estado deve promover políticas antiracistas com o mesmo peso com que estruturou o regime de escravidão. É preciso um programa de ações afirmativas, com cursinhos pré-vestibulares para negros e carentes, apoio material, bolsas no “crédito educativo”, recrutamento ativo (como o CNPQ Palmares – colegiado de pesquisa relacionado ao negro do Conselho Nacional de Pesquisa), mudança curricular, formação de professores, promover a visibilidade do negro nos meios de comunicação e reconhecer e titular os quilombos. Trata-se de uma política semelhante à reforma agrária. Não basta dividir a terra, é preciso dar condições de plantar e comercializar. Mas para isso precisamos quebrar preconceitos e ter vontade política de combater a desigualdade racial.

Há quem diga que os negros que ingressarem na universidade através das cotas serão discriminados, porque não poderão acompanhar e entender as aulas. Como pode alguém acreditar que cotas são uma guarida para o ingresso de analfabetos na universidade? Os negros que ingressarem através das cotas deverão submeter-se a exames de conhecimento. As cotas são um instrumento para a promoção da igualdade racial, não da ignorância. Não podemos partir do pressuposto de que o negro que ingressar através de cotas não terá “mérito” nem “formação

regular”; ou que entrará na universidade “por favor político”. Acaso os outros setores que já ingressam através de cotas possuem essa deficiência congênita? Esse preconceito nivela os negros por baixo. E reforça implicitamente os mecanismos atuais de ingresso e de exclusão na universidade (o vestibular) como válidos do mito do saber acadêmico (“meritocracia”). Ou seja, os universitários são igualmente sábios e competentes. Quem ingressou na universidade, é porque é mais capaz. Logo, se os negros não entraram, é porque são menos capazes. O problema não seria do sistema excludente, mas de mérito intelectual.

Segundo as vozes contrárias às cotas, para os negros virem a tornarem-se intelectualmente competentes, eles precisariam de bolsas de estudo e de distribuição de renda. Mas como decorrem já 115 anos da “libertação” dos escravos e o Brasil é o campeão da má distribuição de renda, calculemos quantos anos demorariam até que os negros se beneficiassem dessas necessárias políticas públicas. Até lá, eles que se conformem com sua exclusão dos bancos universitários. Numa frase: deixa como está, para ver como é que fica.

Universidade inclusiva

Em síntese, a igualdade formal da lei perpetua a discriminação racial. Devemos romper o mito liberal da igualdade de oportunidades entre os indivíduos. O Brasil é racista e tem de se defrontar com esta realidade, se quiser ser uma Nação verdadeiramente cidadã e democrática. As cotas não resolvem tudo, mas ajudam, e muito! Por um período transitório, aprovando por mérito.

A universidade pode e deve dar a sua contribuição neste momento histórico, no qual o Brasil se vê diante da possibilidade de desenvolver um novo modelo de Nação. Todos estão se redefinindo. A universidade tem o desafio de refazer o seu projeto para encontrar o seu espaço na Sociedade do Conhecimento e da Globalização Excludente. A UFU, em particular, tem que se planejar no contexto nacional e regional. A atual Administração Superior está delineando um perfil de nítido compromisso com a inclusão social. Há maior interação com a sociedade, abrindo novos espaços de apoio e troca de conhecimentos, como os cursinhos alternativos, o programa de educação popular continuada e a formação de professores regulares.

Nessa perspectiva de compromisso com a inclusão social, a UFU deveria dar um passo à frente. Assumir as propostas de políticas afirmativas de forma ampla, tendo na defesa da introdução das cotas para negros a marca de uma corajosa ação de vanguarda cultural e social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DOS SANTOS, Ivanir e MEDEIROS, Carlos Alberto. **Coluna Opinião**. O Globo. Rio de Janeiro, 2001.
- FOLHA S. PAULO. **Notícia**. Nacional Center For Education Statistics (EUA) e Pesquisa Nacional por Amostragem Doméstica-PNAD (Brasília). Folha S. Paulo. São Paulo, 2001.
- FOLHA DE S. PAULO. **Notícia**. São Paulo, 2001.
- CARVALHO, José Jorge de, e SEGATO, Rita Laura. **Uma Proposta de Cotas Para Estudantes Negros na Universidade de Brasília**. Universidade de Brasília (UNB). Distrito Federal, 2002.